

**CÂMARA MUNICIPAL DE MORENO – PE
CONCURSO PÚBLICO 2024**

CADERNO DE QUESTÕES

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

NOME:

CPF:

**NÍVEL: SUPERIOR
CARGO: 01 – CONTADOR**

Leia com atenção:

1. No Cartão-Resposta, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha com caneta esferográfica (tinta PRETA);
2. O Cartão-Resposta tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse Cartão-Resposta não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse;
3. A DURAÇÃO DA PROVA é de 3 horas, incluído o tempo para preenchimento do Cartão-Resposta;
4. Na prova há 40 questões de múltipla escolha, com cinco opções: A, B, C, D e E;
5. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico (Calculadora, Celulares e etc.);
6. Só será permitido ao candidato entregar sua prova escrita após 45 (quarenta e cinco) minutos do seu início;
7. Só será permitido ao Candidato sair portando o Caderno de questões, após decorridos 2:40 (duas horas e quarenta minutos), após o efetivo início das provas;
8. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal;
9. Os 03 (três) últimos candidatos em cada sala de prova, somente poderão entregar a respectiva prova e retirarem-se do local simultaneamente, após assinarem o lacre do envelope, juntamente com os fiscais de sala;
10. Será excluído do Concurso Público o candidato que descumprir os itens acima.

15 QUESTÕES DE PORTUGUÊS

O perigo do cancelamento

Na Grécia Antiga, Platão afirmava que “o ápice da educação é a tolerância”, uma ideia que permaneceu através dos séculos. No entanto, os tempos modernos, especialmente com a ascensão das redes sociais e da cultura digital, nos confrontam com uma realidade desafiadora. O que deveria ser um espaço de intercâmbio de ideias e saberes muitas vezes se transforma em um campo de batalha, onde a compreensão é substituída pela intolerância e pelo cancelamento.

A internet, longe de ser apenas uma ferramenta de conexão global, se tornou palco para manifestações de ódio e preconceito. O fenômeno do cancelamento, definido como a prática de hostilizar alguém publicamente por suas opiniões ou comportamentos considerados inadequados, tem ganhado relevância alarmante. Nesse contexto, cancelar alguém não apenas é visto como uma demonstração de superioridade moral, mas também como uma forma de punição. A grande questão que fica é: como cuidar da saúde mental diante dessa perspectiva?

As consequências práticas da rejeição virtual podem ser devastadoras. O cancelamento pode levar à perda de oportunidades profissionais, sociais e pessoais. A vítima dessa situação costuma enfrentar boicotes em sua carreira, é marginalizada em seu círculo social e sofre até mesmo ameaças à sua segurança, de forma física e emocional. É incumbido aquela pessoa um status de “criminoso social”.

O impacto psicológico dessa rejeição social costuma ser profundo e duradouro, deixando cicatrizes emocionais que desafiam a autoestima e o bem-estar de cada um. É crucial buscar apoio psicológico para lidar com os desafios impostos por essa experiência. Participar de terapias individuais e ter práticas de autocuidado auxiliam no desenvolvimento de uma resiliência emocional, e cuidar da mente nesse processo é fundamental.

É preciso lembrar que todos nós cometemos erros, e podemos aprender e crescer com eles. A cultura do cancelamento não define valia ou o valor intrínseco de uma pessoa. Pelo contrário, mostra que nós podemos ser bem piores do que aquela atitude que reprovamos.

Cultivar a empatia e o perdão, tanto conosco quanto para os outros, é o passo fundamental para abandonarmos de vez essa indústria do ódio, e recuperarmos o lado humano da sociedade.

Cristina Navalon

(<https://www. hojeemdia.com.br/opinia o/opinia o/o-perigo-do-cancelamento-1.1007248> Acesso em 03/04/2024)

01- Pode-se afirmar que o texto

- A. apresenta uma temática pouco compreendida pela sociedade, visto que a cultura do cancelamento não é uma recorrência virtual.
- B. destaca os efeitos psicológicos e emocionais causados pela cultura do cancelamento como os mais recorrentes.
- C. traz à tona os impactos do ostracismo moderno promovidos pela cultura do banimento para a pessoa afetada.
- D. possibilita uma reflexão sobre a cultura do banimento nos ambientes virtuais pelo viés da esfera jurídica.
- E. aponta os danos provocados pela anulação social como irreversíveis, o que dificulta a eficácia das terapias de autoajuda.

02- No enunciado “A cultura do cancelamento não define valia ou o valor intrínseco de uma pessoa.”, o termo em destaque não terá seu sentido alterado se for substituído por

- A. impróprio
- B. cético
- C. fortuito
- D. inerente
- E. inapropriado

03- Assinale a alternativa em que a oração não admite a transposição para a voz passiva.

- A. “e recuperarmos o lado humano da sociedade.”
- B. “todos nós cometemos erros”
- C. “A vítima dessa situação costuma enfrentar boicotes em sua carreira.”
- D. “que desafiam a autoestima e o bem-estar de cada um.”
- E. “como cuidar da saúde mental diante dessa perspectiva?”

04- No enunciado “É crucial buscar apoio psicológico para lidar com os desafios impostos por essa experiência.”, o fragmento destacado desempenha sintaticamente função de

- A. objeto direto
- B. predicativo
- C. agente da passiva
- D. aposto
- E. sujeito

05- No trecho: “é o passo fundamental para abandonarmos de vez essa indústria do ódio”, o trecho sublinhado estabelece um sentido de

- A. finalidade
- B. conclusão
- C. conformidade
- D. explicação
- E. condição

06- Indique a alternativa incorreta quanto à relação morfossintática no trecho: “uma ideia que permaneceu através dos séculos.”.

- A. A expressão ‘através dos séculos’ exerce função de complemento nominal.
- B. O termo ‘uma’ exerce função de adjunto adnominal do nome ‘ideia’.
- C. O verbo ‘permanece’, no contexto, denomina-se como intransitivo.
- D. A palavra ‘que’ é pronome relativo e remete ao termo ‘uma ideia’.
- E. Em ‘que permaneceu através dos séculos’, tem-se uma oração adjetiva.

07- Marque a alternativa em que o termo em destaque foi empregado no sentido conotativo.

- A. “Cultivar a empatia e o perdão”
- B. “se transforma em um campo de batalha”
- C. “A cultura do cancelamento não define”
- D. “como a prática de hostilizar alguém”
- E. “Participar de terapias individuais”

08- No segmento “e o bem-estar de cada um”, o vocábulo destacado está grafado corretamente com o emprego do hífen, o que também ocorre em

- A. mal-sucedido
- B. mega-operação
- C. mal-limpo
- D. extra-seco
- E. contra-regra

09- O pronome grifado em “onde a compreensão é substituída pela intolerância e pelo cancelamento.” foi empregado de acordo com a norma culta, diferentemente do enunciado

- A. São locais encantadores aonde se pretende chegar.
- B. As atitudes nas redes sociais que não respeitam o outro machucam.
- C. Notam-se algumas pessoas cujo o comportamento é abominável.
- D. Consideraram-nas postagens preconceituosas e sem precedentes.
- E. O abalo emocional o qual foi mencionado atingiu vários jovens.

10- No trecho “e sofre até mesmo ameaças à sua segurança”, o verbo grifado encontra-se flexionado no

- A. pretérito imperfeito do modo subjuntivo
- B. presente do modo indicativo
- C. pretérito perfeito do modo indicativo
- D. futuro do modo subjuntivo
- E. imperativo afirmativo

11- Em “os tempos modernos [...] nos confrontam com uma realidade desafiadora.”, a regência foi respeitada quanto à norma culta. Assinale a alternativa em que esse respeito também prevalece.

- A. Os tempos modernos de cuja realidade desafiadora se referem trazem conflitos.
- B. Os tempos modernos no qual participamos ativos tendem a uma realidade muito desafiadora.
- C. Os tempos modernos ao qual vivemos proporcionam uma realidade muito desafiadora.
- D. Os tempos modernos a que chegamos mostram, para muitos, uma realidade desafiadora.
- E. Os tempos modernos que aspiramos incluem também uma realidade muito desafiadora.

12- A expressão sublinhada em “é marginalizada em seu círculo social” possui morfologicamente classificação de locução

- A. Adjetiva
- B. verbal
- C. pronominal
- D. adverbial
- E. substantiva

13- No período: “O fenômeno do cancelamento, definido como a prática de hostilizar alguém publicamente por suas opiniões ou comportamentos considerados inadequados, tem ganhado relevância alarmante.”, tem-se o predomínio da função

- A. poética
- B. conativa
- C. fática
- D. emotiva
- E. metalinguística

14- Considerando as normas da colocação pronominal, marque a alternativa incorreta.

- A. Não se deve admitir a indústria do ódio nas redes sociais.
- B. Combater ações de abuso é urgente, já que nos deparamos com elas.
- C. Havia falado-se acerca de danos psicológicos promovidos pelo cancelamento.
- D. Aplicar-se-iam leis mais severas em relação aos abusos nas redes sociais.
- E. Apresentaram-lhe os altos índices de pessoas vítimas da cultura do cancelamento.

15- Assinale a alternativa em que não ocorre desvio da norma culta.

- A. Discriminações diversas pelas redes sociais no Brasil não devem ficar impunes.
- B. Os usuários da internet precisam ser cuidadosos quanto as relações virtuais.
- C. Não há um por quê justificável para tanto preconceito postado na esfera virtual.
- D. Muitas pessoas ficam meia receosas a respeito do uso seguro das redes sociais.
- E. É necessária discussão acerca dos abusos virtuais e do efeito deles para o usuário.

25 QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16- Acerca dos equivalentes de caixa, é correto o que se afirma em:

- A. Os equivalentes de caixa são mantidos para investimento ou para atender compromissos de longo prazo.
- B. O investimento é qualificado como equivalente de caixa quando tem vencimento de longo prazo.
- C. São contemplados no conceito de equivalentes de caixa todos os investimentos em instrumentos patrimoniais, ou seja, de patrimônio líquido.
- D. Ações preferenciais resgatáveis que tenham prazo definido para resgate e cujo prazo atenda à definição de curto prazo são consideradas equivalentes de caixa.
- E. Um investimento será qualificado como equivalente de caixa quando tiver conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, ainda que esteja sujeito a considerável risco de mudança de valor.

17- Não é um exemplo de fluxo de caixa decorrente de atividades operacionais o citado em qual das alternativas abaixo?

- A. Pagamentos de caixa a fornecedores de mercadorias.
- B. Restituição de caixa de impostos sobre a renda.
- C. Recebimentos de caixa pela prestação de serviços.
- D. Pagamentos de caixa de contratos mantidos para negociação imediata.
- E. Recebimentos de caixa resultantes da venda de ativo imobilizado.

18- Observe os itens a seguir.

- I. O preço de aquisição do ativo, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.
- II. Os custos incorridos com a propaganda de um novo produto.
- III. Os custos da transferência das atividades para novo local.
- IV. Os custos com frete e manuseio para recebimento e instalação do ativo.
- V. A estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado.

O custo de um ativo imobilizado compreende:

- A. I, III e IV, apenas.
- B. II e III, apenas.
- C. I, IV e V, apenas.
- D. I, III, IV e V, apenas.
- E. I, II, III, IV e V.

19- Sobre a depreciação do ativo imobilizado, é incorreto o que se afirma em:

- A. Cada parte de um ativo imobilizado que tenha um custo significativo em relação ao custo total do item deve ser depreciada individualmente.
- B. A entidade que alocar o valor inicialmente reconhecido de item do ativo imobilizado aos componentes significativos desse item deve depreciá-los conjuntamente.
- C. Um componente significativo de um item do ativo imobilizado pode possuir a mesma vida útil e método de depreciação de outro componente significativo do mesmo item. Nesses casos, esses componentes podem ser agrupados no cálculo da despesa de depreciação.
- D. A organização tem a opção de depreciar separadamente os componentes de um item que não tenham um custo significativo em relação ao custo total do item.
- E. A despesa de depreciação de cada período deve ser registrada no resultado, a menos que seja incorporada no valor contábil de outro ativo.

20- No tocante ao valor depreciável e período de depreciação de um ativo imobilizado, não se pode afirmar que:

- A. O valor depreciável de um ativo é determinado após a dedução de seu valor residual.
- B. A depreciação de um ativo cessa na data em que o ativo é classificado como mantido para venda ou, alternativamente, na data em que o ativo é baixado, o que ocorrer primeiro.
- C. Considera-se que a depreciação do ativo tem início quando este está disponível para uso, ou seja, quando está presente no local e em condições operacionais conforme planejado pela administração.
- D. O valor depreciável de um ativo deve ser distribuído de maneira sistemática ao longo de sua vida útil estimada.
- E. Em regra, a depreciação cessa quando o ativo se torna ocioso ou é retirado do uso normal.

21- Sobre os estoques, julgue as proposições a seguir em V para verdadeira e F para falsa.

- () O custo de aquisição dos estoques compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (inclusive os recuperáveis perante o fisco), bem como os custos de transporte, seguro e manuseio.
- () Os estoques devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.
- () Os custos de aquisição dos estoques incluem os custos diretamente relacionados com as unidades produzidas ou com as linhas de produção, como pode ser o caso da mão de obra direta, e também os indiretos de produção, fixos e variáveis, que sejam incorridos para transformar os materiais em produtos acabados.
- () O custo dos estoques de itens que não são normalmente intercambiáveis e de bens ou serviços produzidos e segregados para projetos específicos deve ser atribuído pelo uso da identificação específica dos seus custos individuais.

() O critério PEPS (Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair) pressupõe que os itens de estoque que foram comprados ou produzidos primeiro sejam vendidos em primeiro lugar e, consequentemente, os itens que permanecerem em estoque no fim do período sejam os mais recentemente comprados ou produzidos.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta de respostas:

- A. F, V, V, V, V.
- B. V, F, F, V, V.
- C. V, F, V, F, F.
- D. F, V, F, V, V.
- E. V, V, V, V, V.

22- Ainda sobre estoques, assinale a alternativa incorreta.

- A. Quando os estoques são vendidos, o custo escriturado desses itens deve ser reconhecido como despesa do período em que a respectiva receita é reconhecida.
- B. Os estoques compreendem bens adquiridos e destinados à venda, incluindo, por exemplo, mercadorias compradas por varejista para revenda ou terrenos e outros imóveis para revenda.
- C. Os estoques alocados ao custo de outro ativo devem ser reconhecidos como despesa durante a vida útil e na proporção da baixa desse ativo.
- D. Outros custos que não sejam de aquisição ou transformação devem ser incorporados aos custos dos estoques somente na medida em que sejam despendidos para colocar os estoques em sua localização e condição atuais.
- E. As despesas de comercialização, incluindo a venda e a entrega dos bens e serviços aos clientes devem ser incluídas no custo dos estoques.

23- Refere-se à quantia líquida que a entidade espera obter com a venda do estoque no decorrer normal das operações comerciais:

- A. Valor justo
- B. Valor realizável líquido
- C. Método de varejo
- D. Custos de aquisição
- E. Alocação de custos fixos indiretos

24- Princípio que determina que a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei. Trata-se do:

- A. Princípio da legalidade
- B. Princípio da unidade
- C. Princípio da periodicidade
- D. Princípio da exclusividade
- E. Princípio da não-vinculação

25- Analise as assertivas a seguir quanto ao Plano Plurianual.

- I. Trata-se do planejamento orçamentário do governo, onde são delineadas as estratégias, diretrizes e metas da administração para um período de quatro anos.
- II. Na esfera federal, se o PPA não for aprovado até o dia 17 de julho, o Congresso fica impedido de entrar em recesso.
- III. É o instrumento legal que autoriza o Poder Executivo a gastar os recursos arrecadados, ou seja, direciona os gastos e despesas do governo.
- IV. O plano Plurianual deve ser aprovado no final do primeiro ano de mandato e terá validade até o final do primeiro ano do mandato subsequente.
- V. O plano Plurianual deve compreender o orçamento fiscal, o orçamento de investimentos e o orçamento da seguridade social.

Estão corretas as assertivas:

- A. I e II, apenas.
- B. I e IV, apenas.
- C. I, III e V, apenas.
- D. II, III e IV, apenas.
- E. I, II, III, IV e V.

26- Na execução orçamentária, não é uma conduta expressamente vedada:

- A. A concessão ou utilização de créditos ilimitados.
- B. A utilização, mediante autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.
- C. A realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
- D. O início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
- E. A transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

27- Julgue os itens com V para Verdadeiro e F para Falso à luz da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências:

- () Entende-se como empresa estatal dependente a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, diretamente, a ente da Federação.
- () Entende-se como empresa controlada a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.

- () Entende-se como empresa controlada aquela que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, incluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
- () Entende-se como empresa estatal dependente a empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta de respostas:

- A. V, F, V, F.
B. V, F, F, V.
C. F, V, F, V.
D. F, V, V, F.
E. F, F, F, F.

28- A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida definidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Na esfera estadual, a repartição desses limites globais não poderá exceder os seguintes percentuais:

- A. 3% para o Ministério Público dos Estados.
B. 5% para o Judiciário, incluído o Tribunal de Contas do Estado.
C. 49% para o Executivo.
D. 2% para o Legislativo.
E. 4% para o Judiciário, incluído o Ministério Público dos Estados.

29- A Resolução CFC N.º 1.328/11 dispõe sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade. De acordo com essa resolução, nos casos de alteração total da norma:

- A. Deverá ser mantida a sigla e identificada a nova redação pela letra “R”, seguida do número sequencial.
B. Deverá ser editado documento denominado “Revisão NBC” seguido da numeração inicial 01 e seguintes.
C. Deverá ser consolidada na respectiva norma, fazendo referência à “Revisão NBC”, com a devida alteração da sigla da norma modificada.
D. Deverá ser alterada a sigla e fazendo referência à nova redação pela letra “N”, seguida da numeração inicial 01 e seguintes.
E. Deverá ser mantida a sigla, mas referenciando a alteração efetuada com a indicação “Revisão NBC”, seguida do número sequencial.

30- Sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade é incorreto afirmar:

- A. O descumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade configura uma violação disciplinar passível de penalidades.
B. As Normas Brasileiras de Contabilidade, sejam elas Profissionais ou Técnicas, estabelecem preceitos de conduta

profissional e padrões e procedimentos técnicos necessários para o adequado exercício profissional.

- C. As Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) devem adotar os mesmos critérios de redação e formato utilizados nas normas internacionais. Elas englobam as Normas em si, as Interpretações Técnicas e os Comunicados Técnicos.
D. As Normas Brasileiras de Contabilidade classificam-se em Profissionais e Técnicas.
E. As Normas Brasileiras de Contabilidade, Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, devem ser submetidas à audiência pública com duração mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

31- Tem o objetivo de esclarecer questões contábeis, estabelecendo os procedimentos a serem seguidos, levando em conta as necessidades da profissão e as demandas da sociedade. Trata-se de:

- A. Interpretação técnica
B. Norma simplificada para PMEs
C. Comunicado técnico
D. Norma técnica de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica
E. Norma específica

32- O cometimento de uma infração ética sujeita o profissional a uma sanção que será aplicada de acordo com a gravidade da conduta. Nesse sentido, assinale a alternativa que indica apenas as penalidades previstas no Código de Ética:

- A. Advertência reservada, censura reservada, censura pública.
B. Advertência reservada, advertência pública, censura reservada.
C. Censura reservada, advertência pública, multa.
D. Advertência reservada, censura pública, multa.
E. Advertência pública, censura pública, suspensão do exercício da profissão.

33- O contador deve observar as seguintes normas de conduta, exceto:

- A. Recusar sua indicação em trabalho quando reconheça não se achar capacitado para a especialização requerida.
B. Abster-se de expressar argumentos ou dar conhecimento de sua convicção pessoal sobre os direitos de quaisquer das partes interessadas, ou da justiça da causa em que estiver servindo, mantendo seu trabalho no âmbito técnico e limitando-se ao seu alcance.
C. Guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional, inclusive no âmbito do serviço público, ainda que solicitado por autoridades competentes, exceto os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade.
D. Manifestar, imediatamente, em qualquer tempo, a existência de impedimento para o exercício da profissão.
E. Despende os esforços necessários e se munir de documentos e informações para inteirar-se de todas as circunstâncias, antes de emitir opinião sobre qualquer caso.

34- A Emenda Constitucional nº 132, de 2023 alterou o Sistema Tributário Nacional e, entre suas inovações, incluiu a Seção V-A que trata do Imposto de Competência Compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. O texto constitucional dispõe que a Lei complementar instituirá o referido imposto, devendo atender o seguinte:

- I. O referido imposto terá legislação única e uniforme em todo o território nacional, ressalvada a lei específica em que cada ente federativo fixará a sua alíquota própria.
- II. O referido imposto deverá incidir nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.
- III. Resolução do Senado Federal fixará alíquota de referência do imposto para cada esfera federativa, nos termos de lei complementar, que será aplicada se outra não houver sido estabelecida pelo próprio ente federativo.
- IV. O referido imposto deverá incidir sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços realizada por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja sujeito passivo habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.
- V. O referido imposto será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de destino da operação.

Assinale a única alternativa correta.

- A. Todos os itens são verdadeiros.
- B. Apenas os itens III, IV e V são verdadeiros.
- C. Apenas o item II é falso.
- D. Apenas os itens IV e V são verdadeiros.
- E. Apenas os itens I, II, IV e V são verdadeiros.

35- Não são admitidas propostas de emendas ao projeto de Lei de Orçamento que visem a, exceto:

- A. Conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.
- B. Alterar a estimativa da arrecadação, propondo sua redução.
- C. Conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado.
- D. Alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, nesse ponto, a inexatidão da proposta.
- E. Conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes.

36- As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente:

- A. Poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

- B. Poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, independentemente de ordem cronológica.
- C. Não poderão ser pagos sem a prévia edição de decreto legislativo que autorize seu pagamento, cujo texto deverá conter a discriminação por elementos.
- D. Poderão ser pagos mediante a abertura de crédito suplementar, desde que ocorra por decisão fundamentada da maioria absoluta do legislativo.
- E. Não poderão ser pagos de forma administrativa, devendo o credor efetuar a cobrança judicialmente, comprovando a impossibilidade de recebimento no exercício correspondente.

37- O termo de referência de uma licitação deve conter os seguintes elementos, dentre os quais não se inclui:

- A. Os requisitos da contratação.
- B. A forma e critérios de seleção do fornecedor.
- C. O prazo de entrega.
- D. Os critérios de medição e de pagamento.
- E. A adequação orçamentária.

38- A concorrência é a modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia. Não é um dos critérios que podem ser utilizados para o julgamento desta modalidade licitatória:

- A. Maior desconto.
- B. Maior retorno econômico.
- C. Maior lance.
- D. Menor preço.
- E. Técnica e preço.

39- Acerca dos contratos administrativos regidos pela Lei 14.133/2021, julgue os itens a seguir em V para verdadeiro e F para falso.

- () Todo contrato deverá mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou sua lavratura, o número do processo da licitação ou da contratação direta e a sujeição dos contratantes às normas da Lei de Licitações e às cláusulas contratuais.
- () Nos contratos de obras e serviços de engenharia, sempre que compatível com o regime de execução, a medição será bimestral.
- () Os contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as domiciliadas no exterior, sempre devem conter cláusula que declare como único foro competente para dirimir qualquer questão contratual o foro da sede da Administração.
- () De acordo com as peculiaridades de seu objeto e de seu regime de execução, o contrato conterá cláusula que preveja período antecedente à expedição da ordem de serviço para verificação de pendências, liberação de áreas ou adoção de outras providências cabíveis para a regularidade do início de sua execução.

- () Nas contratações de projetos ou de serviços técnicos especializados, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) - e a respectiva documentação técnica associada -, o autor deverá ceder todos os direitos patrimoniais a eles relativos para a Administração Pública, hipótese em que poderão ser livremente utilizados e alterados por ela em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização de seu autor.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta de respostas:

- A. F, V, F, F, V.
- B. F, V, V, V, F.
- C. V, F, F, V, V.
- D. V, F, V, F, F.
- E. V, V, V, V, F.

40- Observe os itens a seguir:

- I. ICMS
- II. PIS
- III. IPVA
- IV. II
- V. ISS
- VI. IPI
- VII. IPTU

Assinale a única alternativa correta:

- A. Apenas os itens II, III e VI são tributos diretos.
- B. Apenas os itens I, II, IV e VI são tributos indiretos.
- C. Apenas os itens I, V e VI são tributos indiretos.
- D. Todos os itens são tributos indiretos, com exceção dos itens III e VII.
- E. Todos os itens são tributos indiretos, com exceção dos itens III, IV e VII.